

GEOPOLÍTICA PALESTINA, DISCURSOS MIDIÁTICOS E ENSINO DE GEOGRAFIA

GEOPOLÍTICA PALESTINA, DISCURSOS MEDIÁTICOS Y ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

PALESTINIAN GEOPOLITICS, MEDIA DISCOURSES, AND GEOGRAPHY TEACHING

FRANCISCO FERNANDES LADEIRA

Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, MG, Brasil
<ffernandesladeira@yahoo.com.br>

Resumo

Após o dia 7 de outubro de 2023, com a contraofensiva do Hamas e outros grupos da resistência palestina, no sul do Estado de Israel, a “Questão Palestina” passou a dominar a agenda pública global. Na grande imprensa brasileira, este acontecimento foi noticiado como “ataque terrorista”, que deu início ao “conflito Israel versus Hamas”. Não houve qualquer tipo de contextualização histórica. Como contraponto a esse cenário informatacional, foi criada, em um curso de licenciatura em Geografia, a disciplina “Geopolítica palestina, discursos midiáticos e ensino de Geografia”, com objetivo de compreender a Questão Palestina, bem como sua repercussão midiática, a partir da Geografia Escolar. No presente artigo são relatados os principais conteúdos abordados nesta experiência acadêmica. Constatou-se um grande interesse por parte dos alunos na disciplina, haja vista o significativo número de matrículas e a participação ativa nas aulas. Portanto, considera-se que os conhecimentos adquiridos na referida disciplina futuramente poderão ser replicados pelos graduandos, já como professores na educação básica, levando-se em consideração às especificidades das geografias acadêmica e escolar.

Palavras-chave: formação de professores; geopolítica palestina; geografia escolar.

Resumen

Tras el 7 de octubre de 2023, con la contraofensiva de Hamás y otros grupos de la resistencia palestina en el sur del Estado de Israel, la "Cuestión Palestina" comenzó a dominar la agenda pública mundial. En la prensa brasileña dominante, este suceso se reportó como un "ataque terrorista", lo que dio inicio al "conflicto Israel-Hamás". No se realizó ninguna contextualización histórica. Como contrapunto a este panorama informativo, se creó la asignatura "Geopolítica Palestina, discursos mediáticos y enseñanza de la Geografía" en la carrera de Geografía, con el objetivo de comprender la cuestión palestina y su repercusión mediática, basándose en la Geografía Escolar. Este artículo presenta los principales contenidos de esta experiencia académica. Se observó un gran interés por parte de los estudiantes en la asignatura, dada la importante matrícula y la activa participación en las clases. Por lo tanto, se cree que los conocimientos adquiridos en esta asignatura podrían ser aplicados por futuros estudiantes universitarios como docentes de educación básica, considerando las especificidades de las geografías académicas y escolares.

Palabras clave: formación docente; geopolítica palestina; geografía escolar.

Abstract

After October 7, 2023, with the counteroffensive by Hamas and other Palestinian resistance groups in the south of the State of Israel, the “Palestinian Question” began to dominate the global public agenda. In the mainstream Brazilian press, this event was reported as a “terrorist attack”, which started the “Israel versus Hamas conflict”. There was no historical contextualization whatsoever. As a counterpoint to this informational scenario, the subject “Palestinian geopolitics, media discourses and teaching of geography” was created in a Geography undergraduate course, with the aim of understanding the Palestinian Question, as well as its media repercussion, based on School Geography. This article reports on the main contents covered in this academic experience. There was great interest on the part of students in the subject, given the significant number of enrollments and active participation in classes. Therefore, it is considered that the knowledge acquired in this discipline may be replicated by undergraduates in the future, as teachers in basic education, taking into account the specificities of academic and school geographies.

Keywords: teacher training; palestinian geopolitics; school geography.

Considerações iniciais

Este trabalho relata a experiência do autor como professor da disciplina optativa “Geopolítica palestina, discursos midiáticos e ensino de Geografia”, ministrada no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), no primeiro semestre letivo de 2025. Desde o dia 7 de outubro de 2023, com a Operação Dilúvio de Al-Aqsa, comandada pelo Hamas e outros grupos da resistência palestina, a chamada Questão Palestina passou a ocupar uma posição privilegiada na agenda geopolítica global. Na ocasião, o bloqueio à Faixa de Gaza de duas décadas foi rompido e os militantes palestinos adentram o território israelense, realizando um ataque sem precedentes, que deixou 1200 pessoas mortas, enquanto outras 240 foram feitas reféns.

Segundo membros do Hamas, a referida ação tinha três objetivos. Primeiro, reafirmar o direito do povo palestino a uma pátria; o que poderia ser eclipsado pelos “Acordos de Abraão” (cujo propósito é normalizar as relações entre países árabes e Israel). Em segundo lugar, libertar os mais de 10.000 palestinos mantidos prisioneiros pelo regime israelense (a maioria sem acusação de qualquer crime). O terceiro objetivo era recuperar a santidade da Mesquita Al Aqsa, em Jerusalém – terceiro lugar mais sagrado do Islã, repetidamente profanado pelas forças de segurança de Israel (Pacchiani, 2023).

De acordo com Galvão (2024), a operação protagonizada pelo Hamas representou muitos retornos para os palestinos, não importa onde estejam. Rompeu com um *status quo* de normalização, com uma Nakba cotidiana que se naturalizava mesmo entre estudiosos e apoiadores da causa palestina. Suspendeu, diante de protestos populares massivos que há décadas não se viam na região, qualquer movimento de normalização¹.

Imediatamente após às ações dos grupos de resistência palestinos, houve uma ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza, batizada como Operação Espadas de Ferro, igualmente inédita em sua escala e com inequívoca inspiração genocida (Pappe, 2025). Sob o pretexto de combater o Hamas, considerado um grupo “terrorista”, os bombardeios israelenses atingiram hospitais, edifícios residenciais, escolas e universidades, entre outros alvos civis na Faixa de Gaza. Também foi bloqueado o acesso à comida, remédios, combustíveis, internet e água aos palestinos. Tal cenário levou o grupo de direitos humanos Anistia Internacional a classificar as ações israelenses em Gaza como “punição coletiva”, prática proibida pelo Direito Internacional (Sharma, 2023).

Estes acontecimentos geopolíticos foram bastante noticiados na grande imprensa brasileira, na internet e pautaram conversações cotidianas. Porém, Ladeira (2024) adverte que, nos noticiários da mídia hegemônica, o “7 de outubro” foi representado como uma espécie de épico, com os israelenses se transformando em “vítimas” e os palestinos em

¹ A palavra árabe Nakba significa catástrofe ou desastre. Em relação à geopolítica palestina, o termo Nakba ou al-Nakba se refere ao êxodo da população palestina após a Declaração do Estado de Israel, em 1948. Estima-se que cerca de 700 mil pessoas tenham fugido ou sido forçadas a deixar suas casas no que hoje é Israel e nos territórios palestinos ocupados.

“algozes”, numa linha editorial maniqueísta, que inverteu e estrategicamente ocultou as décadas de ocupação colonial de Israel em Gaza. Desse modo, levando em consideração tal realidade, surgiu a necessidade de trabalhar com maior profundidade este foco de tensão no ambiente acadêmico, contribuindo, assim, para o processo de formação de docentes.

A partir de sua nomenclatura, a disciplina “Geopolítica palestina, discursos midiáticos e ensino de Geografia” foi dividida em três etapas. Primeiramente, foi apresentado o histórico da Palestina, desde os primeiros registros humanos, passando pela constituição e expansão territorial do Estado de Israel, e chegando ao presente contexto. Posteriormente, foram analisados os discursos midiáticos sobre a geopolítica palestina, enfatizando as diferentes formas de manipulação utilizadas nos noticiários internacionais. Por fim, foram discutidas algumas possibilidades sobre como abordar a geopolítica palestina na educação básica, a partir dos conteúdos, categorias de análise e conceitos-chave da Geografia Escolar.

A metodologia adotada e os critérios de avaliação na referida disciplina foram: aulas expositivas dialogadas, exibição de vídeos, palestras online com jornalistas convidados, debate em sala, seminário em grupo sobre temáticas relacionadas ao conteúdo e prova final. As principais questões abordadas nesta experiência inédita, que consideramos de singular relevância acadêmica e social, serão apresentadas nos próximos tópicos.

Geopolítica palestina

Analisar o histórico da questão palestina, bem como a origem da nomenclatura da região, são questões complexas, haja vista o grande número de desinformações sobre o assunto e as múltiplas tentativas do Estado de Israel em distorcer o histórico do povo palestino e de sua terra, visando legitimar a narrativa sionista de “uma terra sem povo”.

Conforme Masalha (2023), o nome Palestina foi documentado pela primeira vez no final da Idade do Bronze, há cerca de 3200 anos; e, entre 450 a.C. e 1948 d.C., foi usado para descrever uma região geográfica entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão e várias terras adjacentes. Já as primeiros informações históricas do povo palestino remetem a quatro mil anos, quando ocorria a urbanização da região da Palestina, com a formação de grandes centros urbanos, com palácios e fortificações, acompanhada pelo surgimento de um alfabeto semita. Além disso, evidências arqueológicas apontam que a moderna cidade de Jericó – fundada pelos cananeus, um dos povos dos quais os palestinos descendem – é uma das mais antigas cidades continuamente habitadas do planeta (desde 9.000 a.C.).

Como unidade geopolítica, a Palestina, próximo ao que hoje conhecemos como um país, existiu por mais de três milênios e essa realidade histórica produziu diferentes formas de consciência e identidade territorial (o que nos ajuda a entender o porquê de os palestinos, apesar das inúmeras investidas de Israel, ainda permanecerem em suas terras).

Todavia, em seu processo de limpeza étnica da Palestina (Pappe, 2016), o Estado de Israel não almejou apenas remover a população autóctone daquela terra; também buscou reescrever a sua história. Ou seja, além do genocídio, há um “memoricídio”. Desse modo, foi



criado o mito de que a nomenclatura Palestina foi cunhada somente em 135 d.C., pelo imperador romano Adriano, em referência aos filisteus, como uma forma de humilhar o povo judeu.

De acordo com Peled-Elhanan (2013), o sistema de ensino israelense, principalmente por meio dos livros didáticos, visa, basicamente, dois objetos: apagar a história palestina e preparar futuros militares. Assim, é possível criar a falsa narrativa de continuidade histórica entre o antigo Reino de Israel e o atual Estado de Israel e formar indivíduos de ambos os sexos que prestarão o serviço militar obrigatório para levar a cabo a política israelense de ocupação dos territórios palestinos. Como a (artificial) nação judaico-israelense moderna não possuía língua, cultura e história comuns, foi preciso criá-las por meio da educação, da literatura e da mídia, com o propósito de construir uma memória e uma identidade coletiva homogênea.

Não por acaso, uma tarefa importante dos livros didáticos israelenses é reproduzir uma narrativa que liga os estudantes judeus a suas “origens” na terra de Israel. Segundo essa narrativa, os judeus israelenses – que vieram dos mais remotos cantos do mundo, sem nada em comum a não ser a religião de seus ancestrais, praticada por cada grupo étnico de uma maneira diferente – constituem uma nação natural do alvorecer da história. Em contrapartida, a milenar história palestina é apagada. Quando há alusão a esses anos, é sempre de maneira muito breve, em geral na forma de uma reivindicação dos próprios palestinos.

Após a apresentação do histórico sobre o topônimo Palestina, bem como seu apagamento no sistema escolar israelense, foi ressaltado na disciplina “Geopolítica palestina, discursos midiáticos e ensino de Geografia” que o sionismo, movimento que inspirou a criação do Estado Israel, não era um movimento de libertação nacional do povo judeu, mas um projeto colonial europeu de assentamento, que dependia, inexoravelmente, da expulsão dos palestinos de suas terras.

No colonialismo clássico, a colônia é governada a partir da metrópole. [...] O objetivo é transformar os habitantes nativos em súditos leais; os colonizadores não almejam se tornar a maioria da população na colônia. Por outro lado, o colonialismo de assentamento visa substituir totalmente a sociedade nativa pela sociedade do colonizador. Os colonos tradicionais geralmente são pessoas marginalizadas ou excluídas da sociedade metropolitana [...] Os colonos de assentamento, por outro lado, procuram construir uma pátria na qual sejam aceitos. [...] O problema é que os territórios que se pretende colonizar nunca estão vazios [...] A população autóctone, tão obviamente diferente, é um obstáculo a ser removido. Essa remoção nunca acontece sem brutalidade (Pappe, 2025, p. 37).

E essa brutalidade sionista contra o povo palestino tem início no alvorecer do século XX, com os primeiros fluxos migratórios de judeus/europeus para a Palestina, quando o território ainda pertencia ao Império Turco-Otomano; é acentuada durante o período do Mandato Britânico (1922-1948) e se concretiza com a criação do Estado de Israel, em maio de 1948, quando é consolidado o processo de limpeza étnica da Palestina. Em outros termos, isso significa retirar da Palestina sua população original, seja via expulsão, seja eliminação física.

Além disso, a expansão territorial é um ponto fundamental do projeto sionista. Em 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidos (ONU), por meio da Resolução

181, sugeriu que a Palestina fosse dividida em dois estados: um Estado Judeu e um Estado Árabe. Jerusalém, por sua importância histórica e religiosa para cristãos, muçulmanos e judeus adquiriu status de área internacionalizada. Na época, cerca de 700 mil judeus e 1 milhão e 400 mil árabes habitavam a Palestina. O Estado judeu ficaria com 56,4% do território, o palestino com 42,9%, e 0,7%, corresponderiam à cidade de Jerusalém, que seria administrado pela ONU (conforme apresentado na imagem a seguir). “Além de receber a maior parte do território palestino, o Estado judeu ficou com as terras mais férteis” (Buzetto, 2015, p. 51).

Figura 1 – Plano da ONU de partilha da Palestina (1947)



Fonte: BBC Brasil (2023).

Embora a ONU não tenha a prerrogativa de criar países, o movimento sionista concebeu a Resolução 181 como possibilidade para a declaração de independência de Israel. Por outro lado, os países árabes declaravam guerra ao recém-criado Estado. Após o primeiro grande conflito contra os árabes, Israel ampliou seu território para além das fronteiras promulgadas pela ONU (passando de 56,4% para 75% da Palestina). Porções do território destinadas ao Estado palestino foram anexadas pelo Egito (Faixa de Gaza) e Jordânia (Cisjordânia). Assim, o Estado palestino era “riscado do mapa”. Além disso, 800 mil palestinos foram expulsos de suas terras pelo Estado de Israel, acontecimento que passou para a história como Al Nakba.

Em 1967, no conflito conhecido como Guerra dos Seis Dias, Israel anexou os territórios palestinos ocupados pelos países árabes: Cisjordânia (incluindo a porção oriental da cidade de Jerusalém) e Faixa de Gaza. Na ocasião, o Estado Sionista também se apossou das Colinas de Golã (Síria) e da Península do Sinai (Egito). Desde então, todo o território palestino que constava na sugestão de partilha da ONU passava a ser de domínio israelense.

Nas décadas seguintes à Guerra dos Seis Dias, mesmo com a devolução da Península do Sinai ao Egito (1979), a retirada de Israel do território de Gaza e de pequenos



assentamentos do norte da Cisjordânia (2005), e a concessão de uma certa autonomia política à Palestina (sob o comando do Fatah, na Cisjordânia, e do Hamas, na Faixa de Gaza), Israel continuou a exercer um rígido controle sobre todo o território palestino, o que é exemplificado nas limitações da mobilidade espacial dos palestinos na Cisjordânia e no enclausuramento da população de Gaza, considerada a maior “ prisão a céu aberto” do planeta.

Assim, neste conturbado foco de tensão geopolítica, em 7 de outubro de 2023, ocorreu uma série de ataques coordenados no sul de Israel, conduzidos pelo Hamas (que, conforme será visto no próximo tópico, foi transformado em “evento midiático” na grande mídia brasileira). Não se trata de justificar as ações da resistência palestina, mas é importante lembrar que 2023 “já havia sido um dos anos mais violentos para os palestinos, marcando uma escalada do assédio israelense sobre a população ocupada” (Israel Paralelo – A Farsa Revelada, 2025, s./p).

Naquele ano [2023], as forças militares israelenses atacaram o território de Gaza com foguetes e bombardeios aéreos, em várias ocasiões. Em 27 de janeiro, em 23 de fevereiro, em 7 de abril e em 11 de maio. Foram feitos ataques na Cisjordânia, inclusive, em campos de refugiados, com bombas e tropos terrestres, em 19 de junho. Em 28 de março, o governo israelense bloqueou o envio de alimentos e medicamentos para a Faixa de Gaza. Em 21 de agosto, um relatório da ONU apontou que Israel havia matado, somente no ano de 2023, centenas de palestinos (*idem*).

Pappe (2025) lembra que metade dos habitantes da Faixa de Gaza tem menos de 21 anos. A única realidade que conhecemos é a do cerco e dos bombardeios diários israelenses. Mesmo escapando dos ferimentos e da morte, o trauma é constante. É complexo e controverso imaginar que reagiríamos de forma muito diferente do ocorrido no 7 de outubro, se vivêssemos cotidianamente submetidos ao mesmo trauma, sem algum tipo de solução à vista.

Além disso, no dia 22 de setembro de 2023, portanto menos de um mês antes da Operação Dilúvio de Al-Aqsa, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, durante seu discurso na 78ª Assembleia Geral da ONU, exibiu um mapa do Oriente Médio em que não constavam os territórios palestinos. Consequentemente, “ao analisar os fatos, os eventos, os discursos e os confrontos, torna-se evidente que Israel construiu um cenário propício para provocar uma reação palestina — e, inevitavelmente, essa reação aconteceu” (Israel Paralelo – A Farsa Revelada, 2025, s.p.).

No cenário interno israelense, o governo de Benjamin Netanyahu havia anunciado uma reforma legal para subordinar o Judiciário ao Executivo, o que, segundo Pappe (2025), poderia trazer efeitos negativos para determinadas minorias sociais e para a laicidade estatal. Em resposta, milhares de israelenses saíram às ruas para protestar. Todavia, qualquer manifestante que levantasse a questão dos territórios palestinos imediatamente era expulso dos protestos. Nas palavras de Pappe (2025, p. 152): “os cidadãos seculares de Israel não protestavam contra o Israel do apartheid, mas contra o Israel teocrático”.

Quando o Hamas e os grupos da resistência palestina cruzaram a fronteira da Faixa de Gaza, em 7 de outubro de 2023, “invadiram um país no limiar da guerra civil. Essa guerra iminente foi esquecida naquele momento. Israel se uniu para punir todos os habitantes de Gaza pelas ações do Hamas” (*idem*). À essa discussão, Kamir (2025) acrescenta que o ocorrido em 7 de outubro se transformou num argumento definitivo para legitimar/encorajar uma nova e diabólica israelidade. Uma espécie de resposta pavloviana implantada por hipnose: as pessoas só precisam de se lembrar desse dia e imediatamente desejam a destruição dos palestinos².

Discursos midiáticos

Na segunda etapa da disciplina, foram abordados os discursos midiáticos sobre a geopolítica palestina, enfatizando as diferentes formas de manipulação utilizadas nos noticiários internacionais. Para tanto, professor e graduandos analisaram seis pontos da cobertura midiática: fontes utilizadas, limites temporais, atalhos cognitivos, jornalismo de adjetivação, fake news e especialistas em legitimação.

Conforme Ladeira (2024), quando se aborda a cobertura dos meios de comunicação de massa sobre a questão palestina – tal como outros assuntos internacionais – é fundamental distinguirmos o “acontecimento geopolítico” e o “evento midiático”:

Ao contrário do acontecimento histórico – que envolve todo um processo que tem início com o surgimento do Movimento Sionista, passa pela migração em massa de judeus para a Palestina e a posterior criação do Estado de Israel, culminando na ofensiva liderada pelo Hamas –, o evento midiático não tem causas, somente consequências. Ou seja, é feita uma espécie de tábula rasa ou marco zero, com os antagonismos entre israelenses e palestinos começando a partir do 7 de outubro de 2023. O evento midiático não é norteado pela lógica da análise geopolítica, mas do espetáculo. A forma substitui o conteúdo. A complexidade do contexto cede lugar para a ideologia nos noticiários internacionais.

Ainda de acordo com Ladeira (2024), a narrativa sobre a geopolítica política palestina por parte dos grandes grupos de mídia tem início na escolha das fontes: as principais agências internacionais de notícias (ligadas, sem exceção, às agendas externas das potências imperialistas e do Estado de Israel). Em sequência, como não é possível enfatizar todo o histórico das conturbadas relações entre israelenses e palestinos, devido aos poucos minutos dedicados aos noticiários internacionais em telejornais, os discursos geopolíticos da mídia recorrem ao que podemos designar como “atalhos cognitivos”, recursos linguísticos para tornar inteligível para o cidadão comum uma determinada realidade geopolítica, a exemplo dos maniqueísmos, estereótipos, lugares-comuns, personalizações, tipificações, jornalismo de adjetivação, metonímia e as metáforas. O “jornalismo de adjetivação”, como a nomenclatura

² Em referência às múltiplas incursões das forças armadas israelenses após a Operação Dilúvio de Al-Aqsa, o documentário Israel Paralelo – A Farsa Revelada (2025), produzido pelo canal do YouTube História Islâmica, apresenta a seguinte frase: “nada justifica o 7 de outubro, mas o 7 de outubro justifica tudo”.

indica, consiste em rotular determinados atores geopolíticos. O Hamas é um “grupo terrorista”; Israel, por outro lado, é a “única democracia do Oriente Médio”. Desse modo, juízos de valores são transmitidos como se fossem informações.

Outra capciosa estratégia semântica presente na construção do evento midiático é a personalização. Nessa lógica, a limpeza étnica do povo palestino não é um projeto sionista, uma “política de Estado”; mas obra exclusiva da personalidade extremista do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, isto é, uma “política de governo”.

Sobre as fake news e os especialistas em legitimação, Ladeira (2024) escreveu:

Como toda narrativa ideológica, o evento midiático não tem compromisso com os fatos. Basta lembrarmos das fake news incessantemente repetidas na grande mídia sobre os líderes do Hamas serem bilionários que levam vidas de luxo no Qatar ou o grupo ser responsável pela decapitação de bebês, crianças e mulheres e, posteriormente, colocá-los em fornos. Mas, além das fake news, o evento midiático, para convencer o público a adotar uma certa linha ideológica, precisa de credibilidade, aparentar seriedade e, o que é mais importante, ter respaldo e legitimidade científica. Aí entram em cena os “especialistas em legitimação”. Um especialista em legitimação não necessita ter precisamente o reconhecimento de seus pares, dominar uma temática qualquer ou possuir uma obra contundente e profícua. Além de algum título universitário, basta concordar fidedignamente com os conteúdos ideológicos difundidos pelos noticiários da grande mídia.

A partir da cobertura da grande mídia brasileira sobre a geopolítica palestina, boa parte do público pode ter sido levada a uma visão distorcida, fragmentada e simplificada sobre o acontecimento de 7 de outubro, constituindo o mecanismo de manipulação midiática definido por Abramo (2016) como “padrão de indução”. Dependendo das circunstâncias, as pessoas podem agir baseadas não no que realmente está se passando, ou que tenha ocorrido, mas naquilo que imaginam ser a situação real, obtida a partir de descrições fornecidas pela imprensa – significações e interpretações que, frequentemente, têm apenas limitada correspondência com o que se passou.

Como pontua Caetano (2021), nas imagens que vemos na televisão sobre a geopolítica palestina, mortos do lado israelense são tratados com humanidade: eram pais, soldados, aposentados e famílias atingidos pelos foguetes do Hamas. Em contrapartida, as vítimas palestinas, a grande maioria civis, são simplesmente invisibilizadas. No máximo, pode-se ver mães desesperadas chorando pelos filhos mortos (mas parece até que todos eram culpados pela sua própria morte). Também não é raro que os palestinos sejam representados como “fanáticos”, carregando como troféus os corpos de algumas de suas vítimas de forma desordenada e em meio a urros e gritarias.

Ao rotular o Hamas como “terrorista” e Israel como “vítima”, constituindo uma prática discursiva maniqueísta de dividir o mundo entre “bem” e o “mal”, a cobertura midiática procurou gerar no público aquilo que Charaudeau (2010) chama de “efeito patêmico”, cujo objetivo é o engajamento/envolvimento da instância da recepção, por meio de performance no mundo dos afetos, despertando no público sentimentos como ódio, compaixão, tristeza

e/ou solidariedade. Assim, foram incessantemente exibidas imagens das vítimas israelenses depois dos “ataques do Hamas”. As perdas do outro lado (diga-se de passagem, em número muito maior, devido a desproporcional reação israelense) foram estrategicamente negligenciadas. Não por acaso, as reportagens em Israel privilegiam as perdas humanas; enquanto as notícias sobre Gaza enfatizam as perdas materiais.

Nas últimas aulas dessa etapa da disciplina, o professor lembrou que Gaza é o “primeiro genocídio instagramável da história”. Por mais que a grande mídia tenha insistido na narrativa de “defesa de Israel”, as imagens vindas do enclave palestino nos dizem o contrário. Assim, os grupos midiáticos tiveram que, de alguma forma, rever os conteúdos dos noticiários internacionais., passando a tacitamente criticar algumas ações israelenses em Gaza. Nas palavras do docente: “se a limpeza étnica não tivesse sido filmada e compartilhada na internet, os principais veículos de comunicação ocidentais continuariam a ocultar os crimes de Israel. Como, aliás, historicamente, o fizeram”.

Ensino de Geografia

Na terceira e última etapa da disciplina foram discutidas algumas possibilidades sobre como abordar a geopolítica palestina na educação básica, a partir dos conteúdos, categorias de análise e conceitos-chave da Geografia Escolar. Apesar de esta disciplina não esgotar as possibilidades de se compreender a Geopolítica Palestina (pois outras disciplinas presentes na matriz curricular também podem contribuir para o debate), considera-se que este campo do conhecimento oferece um importante referencial teórico para as discussões sobre questões-chave da geopolítica palestina, como o expansionismo territorial israelense e a aspiração do povo palestino em formar seu próprio Estado Nacional.

Historicamente, a Geografia, enquanto disciplina escolar, está fortemente vinculada com o poder dos diferentes Estados-Nações, a quem interessa, política e economicamente, a formação de crianças e jovens impregnados pela ideologia nacionalista. Segundo Peled-Elhanan (2013), no sistema escolar de Israel, a disciplina de Geografia é utilizada para a perpetuação da identidade territorial israelense e na legitimação dos vários massacres do povo palestino, em função de seus “resultados positivos” para a consolidação do Estado de Israel. Desde seus primórdios, o movimento sionista reconheceu a importância de ensinar a identidade territorial, definida no currículo nacional como “o amor e o conhecimento da nossa pátria-mãe”. Inclusive, na primeira metade do século XX, a disciplina Geografia foi rebatizada de “estudos pátrios”.

A base ideológica da Geografia Escolar em Israel consiste na mensagem sionista da redenção e do restabelecimento da pátria-mãe pelos filhos de Israel, que, sendo detentores exclusivos dos direitos históricos à terra, voltaram para “casa” após dois mil anos de exílio. No país, foi desenvolvida uma forma exclusiva de etnonacionalismo territorial, com intuito de “nativizar” rapidamente os judeus imigrantes. Trata-se do projeto de semitimização de indivíduos que vieram de diferentes partes do planeta, tendo em comum apenas o exercício

da fé judaica (ou o pertencimento a essa comunidade). Assim, os conteúdos dos livros didáticos de Geografia hibridizam discursos políticos, históricos e científicos, reforçados por versículos bíblicos, canções patrióticas e poesia heroica.

No empenho de ensinar a “conhecer e amar a nossa pátria”, são louvadas as conquistas sionistas na paisagem palestina, a partir dos avanços no campo da agricultura (domar o deserto, canalizar rios, secar pântanos), da engenharia florestal (restaurar a glória das florestas bíblicas) e na construção.

Também há a legitimação da expansão territorial israelense, como uma espécie de designo divino (uma adaptação moderna da velha narrativa da “Terra Prometida” ao “povo escolhido”). Colônias situadas além das fronteiras oficiais de Israel são apresentados em todos os livros escolares como exemplos de alto padrão de vida, e não como realmente são: assentamentos ilegais. Os livros didáticos não mencionam “A geografia do Estado de Israel”, mas “A geografia da Terra de Israel”, implicando, consequentemente, em todos os mapas, a inclusão de territórios que se situam além das fronteiras oficiais israelenses (regiões ocupadas, que foram tomadas durante guerras, mas cujo status legal não faz delas propriamente parte do Estado).

Em contrapartida, é ocultada, trivializada ou marginalizada a existência de um povo palestino na região, antes da chegada dos judeus sionistas – seja na agricultura, nos ambientes sociais, nas mudanças rurais ou urbanas. Desse modo, os livros didáticos israelenses manipulam a cartografia com a finalidade de excluir os palestinos, enfatizar a ameaça árabe, apagar as fronteiras internacionais do Estado de Israel e legitimar a ocupação da Palestina. Em síntese, conclui Peled-Elhanan (2013), os livros didáticos de Geografia ensinam os alunos judeus israelenses a ver a si mesmos como donos da terra de Israel/Palestina, a controlar sua população, sua paisagem e seu espaço, e a fazer o que for necessário para aumentar a dominação judaica e seu “desenvolvimento”, ou seja, sua expansão.

De acordo com Rabah e Vasconcellos (2024), mesmo antes da criação de Israel, em maio de 1948, o movimento sionista vinha operando uma demolidora transformação da geografia palestina, por meio da anulação das grafias árabes de determinados lugares e acidentes geográficos, para impor nomes extraídos das escrituras judaicas (processo conhecido como “despalestinização” da Palestina). Assim, milhares de acidentes geográficos (montes, vales, cursos d’água, etc.), vilas, ruínas, itens da flora e da fauna foram renomeados com termos e expressões hebraicas. O objetivo era fazer com que a paisagem palestina, expressa em séculos de presença árabe, pudesse ser remodelada em vistas a comparecer aos novos olhos como “israelense”, corroborando o slogan sionista sobre a Palestina ser uma terra sem povo para um povo sem terra (no caso, os judeus).

Além do aspecto toponímico, conhecer a geografia foi fundamental para a limpeza étnica promovida por Israel na Palestina, por meio do chamado “Plano Dalet” (1947-1948), que almejava expulsar todos os árabes palestinos da região para impor um Estado exclusivamente judeu em toda a Palestina. A partir desse projeto foi organizado um meticuloso mapeamento de todos os vilarejos palestinos (urbanos e rurais), registrando



detalhes precisos como localizações de cada vila, suas vias de acesso, qualidade da terra, nascentes de água, principais fontes de renda, composição sociopolítica, filiações religiosas, nomes de líderes comunitários, relações com outros vilarejos e idade da população masculina (Pappe, 2016).

Por outro lado, a mesma Geografia, que se constituiu em um conhecimento/disciplina para legitimar o Estado de Israel, também pode ser utilizada na educação básica, com objetivo de desconstruir narrativas tendenciosas – tanto do governo de Tel Aviv, quanto da grande mídia. Seus conceitos-chave – espaço, paisagem, lugar e território – oferecem um importante ponto de partida para analisar a geopolítica palestina.

Tal como seu similar nazismo, o sionismo está ligado a uma noção de espaço vital. Em sua vertente clássica, trata-se de toda a Palestina histórica, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo. Assim, é desconsiderada a presença na região de seus habitantes indígenas: os palestinos. Não por acaso, o anteriormente mencionado slogan sionista era “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Não obstante, o sionismo revisionista tem maiores pretensões espaciais. Reconstruir a (suposta) antiga Eretz Yisrael (Terra de Israel), que se estenderia desde o rio Nilo, no Egito, até o rio Eufrates, no Iraque.

Para sustentar esse projeto, são fundamentais os roubos, ocupações e controle dos territórios palestinos. Em Geografia, o conceito de território se refere ao espaço marcado por relação de poder, que, no caso israelense, é exercido de maneira remota, como na Faixa de Gaza; ou via assentamentos, realizado na Cisjordânia. Também é importante lembrar que a ação da resistência palestina, citada no início deste trabalho, ocorreu em um território palestino ilegalmente ocupado por Israel.

Ainda na ciência geográfica, “lugar” diz respeito às relações de pertencimento e identidade com o espaço. Em relação ao povo palestino, o apego milenar à sua terra, ao “lugar”, que se confunde com sua própria existência, explica o porquê da resistência a um processo de limpeza étnica que dura oito décadas (fator que desconstrói o mito sionista de “uma terra sem povo”).

Da mesma forma, até o surgimento do movimento sionista, os judeus/europeus, fundadores de Israel, não eram considerados como um “povo”, no sentido étnico-nacional. Constituíam somente uma comunidade com certas tradições, calcadas, principalmente, na crença religiosa. Não aspiravam se organizar politicamente em um Estado Nacional, com seu próprio território (Sand, 2011).

Além das tentativas de apagar a milenar História palestina, o sionismo, para sustentar sua falsa narrativa, também buscou eliminar a Geografia palestina. Desse modo, substituiu-se a paisagem natural palestina por uma nova paisagem, que remetia a (suposta) antiga Israel. No entanto, em realidade, o que ocorreu não foi nada mais do que levar determinadas espécies vegetais da Europa para introduzi-las no Oriente Médio. Se, por um lado, essa nova paisagem – que, em Geografia, diz respeito à apreensão do espaço via órgãos do sentido – foi importante para consolidar o mito de fazer o deserto florescer; por outro lado, essa invasão de espécies alhures causou grave desequilíbrio ambiental.

Na ciência geográfica, não é recomendado analisar a paisagem apenas pelo que é visto, a aparência. É preciso ir além da descrição, abordar sua essência. No tocante à paisagem israelense, podemos concluir que ela sustenta todas as falácia sionistas de um suposto “direito divino” sobre a Palestina: a Terra Prometida.

Outras temáticas, trabalhadas pela Geografia Escolar, também foram levantadas ao longo das aulas da disciplina “Geopolítica palestina, discursos midiáticos e ensino de Geografia”, como a importância hídrica das Colinas de Golã (território que Israel usurpou da Síria), a apropriação sionista de terras férteis, a pirâmide etária da Faixa de Gaza – em que os jovens são metade da população e a longevidade está em queda – e o conceito de “migração forçada” – utilizado para estudar a Nakba, quando aproximadamente 700 mil palestinos fugiram ou foram expulsos de seus lares pelas forças sionistas, para que, consequentemente, Israel atingisse a almejada maioria demográfica.

Finalizando a disciplina, o professor responsável advertiu que os conhecimentos geográficos são insuficientes para compreender toda a complexidade inerente à geopolítica. De acordo com o docente, “se não quisermos ficar nos mesmos reducionismos e fragmentações das representações midiáticas, devemos conceber a geopolítica palestina a partir de uma abordagem interdisciplinar”. Isso não significa que os conceitos-chave da Geografia não possam oferecer aos professores dessa matéria escolar uma possibilidade de introduzir em sala de aula a questão palestina. Debate este que, a nosso meu ver, é de suma importância para o entendimento sobre o mundo contemporâneo e suas contradições.

Considerações finais

Constatou-se grande interesse por parte dos graduandos na disciplina “Geopolítica palestina, discursos midiáticos e ensino de Geografia”, haja vista o bom número de matrículas e a participação ativa durante as aulas. Inclusive, surgiu a necessidade de que este conteúdo curricular, mesmo sendo de caráter optativo, também fosse ofertado no semestre seguinte. Portanto, considera-se que os conhecimentos adquiridos na disciplina em questão futuramente poderão ser replicados pelos graduandos, já como professores na educação básica, levando-se em consideração às especificidades das geografias acadêmica e escolar.

Diferentemente de outras épocas, quando grandes grupos de comunicação globais possuíam o monopólio de noticiar a geopolítica mundial, no presente contexto, sobretudo devido à chamada imprensa alternativa, há uma disputa discursiva sobre a geopolítica palestina. Não por acaso, na época de produção deste trabalho, cada vez mais pessoas, em todo o planeta, estavam se pronunciando contra os (históricos) crimes do Estado de Israel. Diante dessa realidade, acreditamos que os diferentes contextos educacionais têm o desafio de impedir que as representações dos meios de comunicação de massa sobre os fenômenos geopolíticos se sobreponham às suas implicações econômicas, culturais e espaciais. Em outros termos, o “evento midiático” – com todas suas simplificações e manipulações – não pode substituir o “acontecimento geopolítico”.

A “geopolítica atual”, em toda sua dinâmica cotidiana, como é o caso do contexto abordado neste trabalho, não está nos livros didáticos de Geografia ou nos currículos escolares; mas, sobretudo, na grande mídia. Todavia, as coberturas da imprensa, em geral, esgotam os acontecimentos em sua imediatidez, omitindo suas conexões e historicidades. Desse modo, é importante que as aulas de Geografia sejam espaços privilegiados para superar as interpretações superficiais e enviesadas presentes nos principais telejornais, sites e emissoras do Brasil.

Por outro lado, estamos devidamente cientes de que a Geografia não esgota as possibilidades de análise sobre a geopolítica palestina. Outras disciplinas presentes nas matrizes curriculares dos ensinos fundamental e médio – como História, Filosofia e Sociologia – também têm muito a oferecer para os debates sobre essa complexa questão. No entanto, um dos conceitos-chave da ciência geográfica, “território” – que enfatiza o exercício do poder no espaço geográfico – nos auxilia no entendimento das causas das animosidades entre israelenses e palestinos, sobretudo o expansionismo territorial, que está no cerne do sionismo. Sendo assim, a partir do momento em que estudantes e professores de Geografia da educação básica reconhecem o histórico de Israel, passam a ter referenciais sólidos para tecer críticas à política externa deste país e para debater a geopolítica palestina, em toda sua complexidade, sem o receio do *argumentum ad hominem* “antisemita”.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

BUZETTO, Marcelo. **A questão palestina: guerra, política e relações internacionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAETANO, Alexandre. Não se pode chamar de “guerra” o genocídio dos palestinos por Israel, **A Gazeta**, Vitória, 16 de maio de 2021. Disponível em:
<https://www.agazeta.com.br/artigos/nao-se-pode-chamar-de-guerra-o-genocidio-dos-palestinos-por-israel-0521>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (org). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. 2, p. 23-56.

GALVÃO, Nina. Catástrofe, retorno e resistência na Palestina após 07/10/2023. **Tensões Mundiais**, [S./I.J., v. 20, n. 42, p. 287–311, 2024. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/12504>. Acesso em: 3 jun. 2025.

HISTÓRIA ISLÂMICA. **Israel Paralelo** – A farsa revelada, 30 de março de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=etzisxjha-y&t=1s>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LADEIRA, Francisco Fernandes. Um ano do “7 de outubro”: entre o acontecimento histórico e o evento midiático, **Revista Fórum**, Opinião, 7 de outubro de 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2024/10/7/um-ano-do-7-de-outubro-entre-acontecimento-historico-evento-midiatico-166997.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MASALHA, Nur. **Palestina**: quatro mil anos de história. São Paulo: Memo, 2023.

PACCHIANI, Gianluca. Hamas deputy chief anticipates hostages will be swapped for Palestinian prisoners. **The Times of Israel**, 8 October 2023. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/hamas-deputy-chief-anticipates-hostages-will-be-swapped-for-palestinian-prisoners/>. Acesso em: 1 out. 2025.

PAPPE, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPE, Ilan. **Brevíssima história do conflito Israel-Palestina**. São Paulo: Elefante, 2025.

PELED-ELHANAN, Nurit. **Palestine in Israeli school books: Ideology and propaganda in education**. Bloomsbury Publishing, 2013.

RABAH, Ualid; VASCONCELLOS, Pedro Lima. **A Palestina é dos Palestinos**. Curitiba: Kotter Editorial, 2024.

SAND, Shlomo. **A Invenção do Povo Judeu**. São Paulo: Benvira, 2011.

SHARMA, Akanksha. “Punição coletiva” de Israel contra civis de Gaza equivale a crime de guerra, afirma Anistia Internacional, **CNN Brasil**, 13 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/punicao-coletiva-de-israel-contra-civis-de-gaza-equivale-a-crime-de-guerra-afirma-anistia-internacional/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

Recebido em: 6/6/2025

Aprovado em: 1/10/2025